



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
DIRETORIA DE CONTAS MUNICIPAIS

Processo n.º : **254712/15-TC**

Origem : **MUNICÍPIO DE BARRA DO JACARÉ**

Assunto : **PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2014**

Instrução n.º : **713/16 - DCM - Primeiro Exame**

Ementa: **MUNICÍPIO DE BARRA DO JACARÉ**. Prestação de
Contas do Exercício de 2014. Primeiro Exame.
Contas com Restrições - Cabe aplicação de multa.

**SUMÁRIO DO ESCOPO DA ANÁLISE E INDICAÇÃO DAS OCORRÊNCIAS
APONTADAS NESTA INSTRUÇÃO**

<i>Descrição dos Itens de Análise</i>	<i>Itens Constatados</i>	<i>Itens Não Constatados</i>
Multa - Entrega dos dados do mês 13 - encerramento do exercício do Sistema SIM-AM com atraso.		Nada Constatado
Multa - Entrega dos documentos que compõem a Prestação de Contas com atraso.		Nada Constatado
ASPECTOS ORÇAMENTÁRIOS		
Restrição - Déficit Orçamentário de Fontes Financeiras Não Vinculadas.		Nada Constatado
ASPECTOS FINANCEIROS		
Restrição - Conta bancária com divergência de saldo não comprovada. (Responsáveis por diferenças em conta bancária a apurar). Imputação de responsabilidade ao gestor por diferenças em contas correntes bancárias. Falta de medidas para regularização de saldos anteriores e ocorrência de incremento no saldo anterior.		Nada Constatado
Restrição - Contas bancárias com saldos a descoberto.		Nada Constatado
ASPECTOS PATRIMONIAIS		
Restrição - Divergências de saldos em quaisquer das classes ou grupos do balanço patrimonial entre os dados do SIM/AM e a contabilidade.		Nada Constatado
Restrição - Falta de encaminhamento do Balanço Patrimonial emitido pela Contabilidade e/ou da respectiva publicação. Considera ainda a hipótese de a publicação não atender às especificações.		Nada Constatado
Restrição - Ausência de encaminhamento da Certidão de habilitação profissional do responsável pela contabilidade cadastrado junto ao setor de cadastro do TCE/PR, expedida pelo Conselho Regional de Contabilidade.		Nada Constatado



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
DIRETORIA DE CONTAS MUNICIPAIS

ASPECTOS DA LEI COMPLEMENTAR 101/00		
Restrição - Despesas Com Pessoal - Retorno ao Limite.		Nada Constatado
Restrição - Despesas Com Pessoal - Redução de 1/3.		Nada Constatado
Restrição - Limite fixado para a dívida consolidada - extrapolação do teto ou não redução do percentual.		Nada Constatado
Restrição - Ausência da Declaração de realização da Audiência Pública para avaliação das Metas Fiscais.		Nada Constatado
Restrição - Ausência de Publicação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária.		Nada Constatado
Restrição - Ausência de Publicação do Relatório de Gestão Fiscal.		Nada Constatado
OUTROS ASPECTOS LEGAIS		
Restrição - Não atingimento do índice mínimo de 25% em Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica.		Nada Constatado
Restrição - Não atingimento do índice mínimo de 60% dos Recursos do FUNDEB na remuneração do Magistério.		Nada Constatado
Restrição - Não atingimento do percentual mínimo de 15% em serviços e ações de saúde pública.		Nada Constatado
Restrição - Falta de Parecer do Conselho Municipal de Acompanhamento do FUNDEB ou não apresentação de esclarecimentos pelo seu não encaminhamento.		Nada Constatado
Restrição - O Parecer do Conselho Municipal de Acompanhamento do Fundeb apresenta conclusão por Irregularidade.		Nada Constatado
Restrição - A utilização dos recursos do FUNDEB ficou abaixo de 95% da arrecadação do exercício. Saldo deixado para aplicar no primeiro trimestre do exercício seguinte excede a 5%.		Nada Constatado
Restrição - Falta da Resolução do Conselho Municipal de Saúde ou não apresentação de esclarecimentos pelo seu não encaminhamento.	Análise Inviável	
Restrição - A Resolução do Conselho Municipal de Saúde apresenta conclusão por Irregularidade.	Análise Inviável	
Restrição - O Parecer do Conselho Municipal de Saúde apresenta conclusão por Irregularidade.	Análise Inviável	
Restrição - Ausência do encaminhamento do(s) Ato(s) de nomeação dos membros do Conselho Municipal do FUNDEB que subscrevem o Parecer do Conselho.		Nada Constatado
Restrição - Ausência do encaminhamento do Ato de nomeação dos membros do Conselho Municipal de Saúde que subscrevem o Parecer do Conselho.	Há Restrição	
Restrição - Falta do Parecer do Conselho Municipal de Saúde ou não apresentação de esclarecimentos pelo seu não encaminhamento.	Análise Inviável	



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
DIRETORIA DE CONTAS MUNICIPAIS

CONTROLE INTERNO		
Restrição - Falta de encaminhamento do Relatório e/ou Parecer do Controle Interno.		Nada Constatado
Restrição - O Relatório do Controle Interno apresenta ocorrência de irregularidade passível de desaprovação da gestão.		Nada Constatado
Restrição - O Relatório do Controle Interno encaminhado não apresenta os conteúdos mínimos prescritos pelo Tribunal.		Nada Constatado

PRELIMINARES

Trata-se da prestação de contas do MUNICÍPIO DE BARRA DO JACARÉ, relativa ao exercício financeiro de 2014, cujo conteúdo e estruturação encontram-se definidos na Instrução Normativa nº 104/2015, do Tribunal de Contas do Paraná.

A presente instrução tem por finalidade reportar as demonstrações da execução orçamentária, financeira patrimonial e de resultados relativos ao período abrangido pelo processo e retratar posição quanto ao atendimento dos aspectos legais a que estão sujeitos os atos de gestão, nos termos da Constituição Federal, art. 31, da Lei Complementar nº 113/2005 e do Regimento Interno - Resolução nº 01/2006 e atualizações.

O exame realizado no processo deteve-se na verificação da observância de procedimentos aplicáveis à Administração Pública e na avaliação de pontos de controle atinentes ao cumprimento de princípios constitucionais e de normas pertinentes, especialmente a Lei Complementar nº 101/00, com o objetivo de instruir a emissão do Parecer Prévio sobre as contas de Governo prestadas pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

PARTE I - EXPOSITIVA

Este título contempla as principais peças da execução orçamentária, financeira, patrimonial e de resultado, na conformação aos formatos estabelecidos pela Lei nº 4.320/64, além dos demonstrativos relativos ao atendimento das exigências legais e constitucionais. Os valores que serão reproduzidos foram extraídos da base de dados de responsabilidade exclusiva da entidade municipal, transmitidas no âmbito do Sistema de Informações Municipais - SIM.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
DIRETORIA DE CONTAS MUNICIPAIS

RESPONSÁVEIS PELA ENTIDADE

Cargo\Função	Nome	CPF	Início	Fim	CRC
Prefeito	EDIMAR DE FREITAS ALBONETTI	540.036.289-34	01/01/2013	31/12/2016	000
Contador	ELIAS CALIXTO	361.136.039-20	01/01/2013	31/12/2016	33.649
Controle Interno	EDNALBERTO GOULART	734.917.569-87	01/05/2012	31/12/2016	

1 - PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL

1.1.a) - PLANO PLURIANUAL

Aprovado pela Lei Municipal nº 500/2013 de 25/09/2013

1.1.b) - DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

As Diretrizes para elaboração da proposta orçamentária foram aprovadas pela Lei Municipal nº 486/2013 de 18/7 /2013

1.1.c) - ORÇAMENTO ANUAL

O Orçamento para o exercício foi aprovado pela Lei Municipal nº 503/2013, de 4/12/2013.

1.1.d) - CORRELAÇÃO ENTRE O PPA E A PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA

Ações Correlacionadas - PPA x LDO

Programa	Nº de Ações da LDO	Valor Previsto	Valor Realizado	Diferença
2 - Ações Judiciárias	3	76.350,00	80.727,94	-4.377,94
5 - Assistência Social	17	869.540,00	722.747,90	146.792,10
1 - Atividades Legislativas	2	700.000,00	585.000,00	115.000,00
7 - Educação para todos	32	2.262.818,96	2.313.740,36	-50.921,40
8 - Esportes e Cultura	11	160.060,00	143.982,05	16.077,95
10 - Fomento Agropecuário	13	2.353.260,00	1.771.811,60	581.448,40
3 - Gestão Administrativa Superior	14	2.312.740,00	2.673.947,48	-361.207,48
9 - Obras e Infraestrutura Urbana	18	2.080.829,56	1.602.803,88	478.025,68
0 - PROGRAMAS E ENCARGOS ESPECIAIS	3	119.565,00	130.677,93	-11.112,93
999 - Reserva de Contingência	1	105.000,00	0,00	105.000,00
6 - Saúde para todos	23	3.519.375,28	2.717.408,38	801.966,90
11 - Setor Rodoviário	1	315.500,00	397.156,51	-81.656,51
0 - TOTAIS	138	14.875.038,80	13.140.004,03	1.735.034,77



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
DIRETORIA DE CONTAS MUNICIPAIS

2 - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1) - ALTERAÇÕES NO ORÇAMENTO

a) Créditos Suplementares - Leis nº.: 472/2012 , 503/2013 , 551/2014
b) Créditos Especiais - Leis nº.: 472/2012 , 527/2014 , 528/2014 , 529/2014 , 530/2014 , 531/2014 , 532/2014 , 533/2014 , 534/2014 , 535/2014 , 536/2014 , 537/2014 , 538/2014 , 539/2014 , 540/2014 , 541/2014 , 542/2014 , 544/2014 , 545/2014 , 547/2014 , 548/2014 , 549/2014 , 550/2014 , 559/2014
c) Créditos Extraordinários - Decretos nº.: Não houve

d) Resumo das Alterações:

Créditos Adicionais	R\$
Créditos Especiais	4.092.700,77
Créditos Extraordinários	0,00
Créditos Suplementares	3.446.451,93
TOTAL	7.539.152,70

Recursos Indicados	R\$
Cancelamento de Dotações	1.572.618,47
Excesso de Arrecadação	4.073.644,05
Operações de Crédito	0,00
Superávit Financeiro	1.892.890,18
TOTAL	7.539.152,70

2.2) - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

RECEITAS

Títulos	Previsão	Arrecadação	Diferenças
RECEITAS			
CORRENTES	15.569.348,51	11.132.419,21	-4.436.929,30
Tributária	288.804,28	342.383,59	53.579,31
Contribuições	0,00	0,00	0,00
Patrimonial	93.255,40	178.273,03	85.017,63
Agropecuária	0,00	0,00	0,00
Industrial	0,00	0,00	0,00
Serviços	1.000,00	0,00	-1.000,00
Transferências Correntes	15.024.125,87	10.485.951,33	-4.538.174,54
Outras Receitas Correntes	162.162,96	125.811,26	-36.351,70
CAPITAL	3.687.133,04	1.619.922,40	-2.067.210,64



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
DIRETORIA DE CONTAS MUNICIPAIS

Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	35.000,00	66.980,00	31.980,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	3.652.133,04	1.552.942,40	-2.099.190,64
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
REFINANCIAMENTO	0,00	0,00	0,00
SOMA	19.256.481,55	12.752.341,61	-6.504.139,94
Déficit	0,00	0,00	0,00
TOTAL	19.256.481,55	12.752.341,61	-6.504.139,94
Transferências Recebidas		0,00	

DESPESAS

<i>Títulos</i>	<i>Fixação</i>	<i>Execução</i>	<i>Diferenças</i>
DESPESAS			
CORRENTES	11.433.863,14	9.753.611,35	-1.680.251,79
PESSOAL E ENCARGOS	6.068.051,30	5.330.367,56	-737.683,74
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	36.000,00	29.279,57	-6.720,43
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.329.811,84	4.393.964,22	-935.847,62
CAPITAL	4.986.541,09	2.528.515,22	-2.458.025,87
INVESTIMENTOS	4.874.976,09	2.420.050,34	-2.454.925,75
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	111.565,00	108.464,88	-3.100,12
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	38.130,00	0,00	-38.130,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO	0,00	0,00	0,00
SOMA	16.458.534,23	12.282.126,57	-4.176.407,66
SUPERÁVIT	2.797.947,32	470.215,04	-2.327.732,28
TOTAL	19.256.481,55	12.752.341,61	-6.504.139,94
Transferências Financeiras		485.000,00	

2.3) - RESULTADOS ORÇAMENTÁRIOS

Somente Fontes Livres (Intervalo de 000 até 099, exceto 005,010,015,020,030,039,040,050,060,069,070,075,091,092,093,094)

<i>Resultado do Exercício</i>	<i>Exercício de 2011</i>	<i>Exercício de 2012</i>	<i>Exercício de 2013</i>	<i>Exercício de 2014</i>
Receitas Correntes	4.365.624,72	4.747.926,40	5.727.105,63	6.845.535,27
Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
SOMA DA RECEITA	4.365.624,72	4.747.926,40	5.727.105,63	6.845.535,27



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
DIRETORIA DE CONTAS MUNICIPAIS

Despesas Correntes	3.990.061,20	3.978.622,61	4.630.653,72	5.294.585,72
Despesas de Capital	329.346,44	225.848,94	356.433,86	562.906,36
SOMA DA DESPESA	4.319.407,64	4.204.471,55	4.987.087,58	5.857.492,08
Resultado (+/-)	46.217,08	543.454,85	740.018,05	988.043,19
Interferências Financeiras	-365.000,00	-413.500,00	-458.175,53	-485.000,00
Resultado Financeiro do Exercício	-318.782,92	129.954,85	281.842,52	503.043,19
Superávit Financeiro do Exercício Anterior	376.331,05	0,00	0,00	0,00
Ajuste do Superávit por Cancelamento de Restos a Pagar	0,00	0,00	0,00	13.917,53
Despesa Não Empenhada	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Financeiro Acumulado (+/-)	57.548,13	129.954,85	281.842,52	516.960,72
Percentual do Resultado sobre os Recursos	1,32	2,74	4,92	7,55

Nota 1 - "Superávit Financeiro do Exercício Anterior" refere-se ao recurso disponível para suplementação ao orçamento, nos termos do art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4320/64.

Nota 2 - "Ajuste do Superávit por Cancelamento de R.P." busca recompor os recursos disponíveis para suplementação (Nota 1), tendo em vista o cancelamento de restos a pagar no exercício atual. Considera-se que este cancelamento, na prática, reduz o Passivo Financeiro no Balanço Patrimonial do exercício anterior. Este ajuste é considerado apenas quando o cancelamento resulta em aumento de superávit já existente naquele Balanço.

Nota 3 - O Resultado apurado neste demonstrativo dá conta do desempenho na execução do orçamento da despesa, tendo em vista os recursos disponíveis para empenho. Apresenta posição limitada ao exercício.

2.4) - EVOLUÇÃO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DAS FONTES LIVRES

<i>Período</i>	<i>Ativo Líquido</i>	<i>Passivo Descoberto</i>
Resultado do Exercício de (2010)	376.331,05	0,00
Resultado do Exercício de (2011)	57.506,00	0,00
Resultado do Exercício de (2012)	187.460,85	0,00
Resultado do Exercício de (2013)	469.303,37	0,00
Resultado do Exercício de (2014)	986.264,09	0,00





TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
DIRETORIA DE CONTAS MUNICIPAIS

3 - ASPECTOS FINANCEIROS

3.1) - BALANÇO FINANCEIRO

<i>Títulos</i>	<i>Receita</i>	<i>Despesa</i>
ORÇAMENTÁRIA	12.752.341,61	12.282.126,57
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	1.520.312,98	1.049.180,98
INTERFERÊNCIAS FINANCEIRAS	0,00	485.000,00
SALDOS		
Caixa e Equivalente de Caixa	2.027.116,55	2.481.021,98
Realizável	0,00	2.441,61
TOTAL	16.299.771,14	16.299.771,14

4 - ASPECTOS PATRIMONIAIS

4.1) - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

<i>DESCRIÇÃO</i>	<i>VALOR</i>
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	12.752.420,30
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	358.080,53
Contribuições	0,00
Exploração de Bens e Direitos e Prestação de Serviços	0,00
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	180.604,66
Transferências e Delegações Recebidas	12.087.071,23
Valorização e Ganhos com Ativos	46.880,00
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	79.783,88
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	10.394.411,29
Pessoal e Encargos	5.380.249,51
Benefícios Previdenciários	0,00
Benefícios Assistenciais	25.995,00
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	4.070.319,91
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	95.997,87
Transferências e Delegações Concedidas	769.266,66
Desvalorização e Perda de Ativos	222,42
Tributárias	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	52.359,92
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	2.358.009,01



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
DIRETORIA DE CONTAS MUNICIPAIS

4.2) - BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO

<i>DESCRIÇÃO</i>	<i>VALOR</i>
ATIVO CIRCULANTE	2.664.108,51
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.481.021,98
Créditos a Curto Prazo	177.241,09
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	5.845,44
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	9.744.373,07
Imobilizado	9.744.373,07
TOTAL DO ATIVO	12.408.481,58

PASSIVO

<i>DESCRIÇÃO</i>	<i>VALOR</i>
PASSIVO CIRCULANTE	721.747,27
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a pagar a Curto Prazo	304.595,06
Empréstimos e Financiamentos	734,19
Fornecedores e Contas a Pagar	351.415,29
Obrigações Fiscais	10.053,31
Demais Obrigações a Curto Prazo	54.949,42
TOTAL DO PASSIVO	721.747,27
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11.686.734,31
Resultados Acumulados	11.686.734,31
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12.408.481,58

RESULTADO PATRIMONIAL

<i>ATIVO</i>	<i>VALOR</i>	<i>PASSIVO</i>	<i>VALOR</i>
ATIVO FINANCEIRO	2.483.463,59	PASSIVO FINANCEIRO	831.298,19
ATIVO PERMANENTE	9.925.017,99	PASSIVO PERMANENTE	217.368,09
SALDO PATRIMONIAL			11.359.815,30

ATOS POTENCIAIS

<i>ATOS POTENCIAIS ATIVOS</i>	<i>VALOR</i>	<i>ATOS POTENCIAIS PASSIVOS</i>	<i>VALOR</i>
Garantias e Contragarantias Rec. a Executar	0,00	Garantias e Contragarantias Conc. a Executar	0,00
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Receber	0,00	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres a Liberar	0,00
Direitos Contratuais a Executar	0,00	Obrigações Contratuais a Executar	0,00

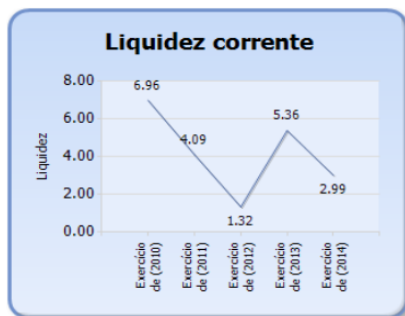


TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
DIRETORIA DE CONTAS MUNICIPAIS

Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	0,00	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	0,00
Saldo dos Atos Potenciais Ativos	0,00	Saldo dos Atos Potenciais Passivos	0,00

EVOLUÇÃO DAS DISPONIBILIDADES LÍQUIDAS (TODAS AS FONTES)

<i>Período</i>	<i>Ativo Financeiro</i>	<i>Passivo Financeiro</i>	<i>Disponível</i>	<i>Liquidez Corrente</i>
Exercício de (2010)	1.091.666,60	156.943,80	934.722,80	6,96
Exercício de (2011)	893.900,47	218.313,58	675.586,89	4,09
Exercício de (2012)	1.233.243,31	937.609,79	295.633,52	1,32
Exercício de (2013)	2.027.116,55	378.370,07	1.648.746,48	5,36
Exercício de (2014)	2.483.463,59	831.298,19	1.652.165,40	2,99



5 - ENFOQUES DA LEI COMPLEMENTAR Nº 101/00

5.1) - CUMPRIMENTO DOS DISPOSITIVOS DA L.R.F.

MUNICÍPIO DE BARRA DO JACARÉ
Cumprimento dos Dispositivos da LRF em 2014

Artigo	Descrição da norma da LRF	Atendeu a Lei?	
		SIM	NÃO
9º, §4º	Demonstrar e avaliar o cumprimento das Metas Fiscais em Audiências Públicas.		
12, §2º	Regra de Ouro na proposta orçamentária - O montante das Receitas de Operações de Crédito não pode exceder as despesas de capital.		
20, III	Limite da despesa total com pessoal por Poder.		
23, §3º, I, II e III	Ordenar ou promover a execução de medida para redução da despesa total com pessoal por Poder, em caso de excesso. Redução total passados dois		
23, §3º, I, II e III	Ordenar ou promover a execução de medida para redução da despesa total com pessoal por Poder, em caso de excesso. Redução de 1/3 passado um quadrimestre.		
30, I	Limite da Dívida Consolidada.		
31	Ordenar ou promover a execução de medida para redução da dívida consolidada, em caso de excesso. Redução do total passados três quadrimestres.		
31	Ordenar ou promover a execução de medida para redução da dívida consolidada, em caso de excesso. Redução de 25% passado um quadrimestre.		
31, §1º, II	Obter resultado primário necessário para a recondução da Dívida Consolidada ao limite, quando excedido.		
32, § 1º, III	Limite para contratação de Operações de Crédito.		
38, I, III e IV	Contratar operação de crédito por antecipação da receita orçamentária de acordo com a lei.		
44	Não utilizar a receita de alienações de bens para o custeio de despesas correntes, salvo se destinada para o pagamento de benefícios da previdência		
52 e 53	Publicar o Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Não foi publicado.		
54 e 55	Publicar o Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo (Não foi publicado/Fora do Prazo).		
48, § único	Divulgação das informações de natureza orçamentária e financeira		
45	Inclusão de novos projetos sem o adequado atendimento aos projetos em andamento		
42	Assunção de obrigação de despesa sem disponibilidade financeira		
21, § único	Aumento de despesa com pessoal nos últimos 180 dias do encerramento do mandato		



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
DIRETORIA DE CONTAS MUNICIPAIS

DOS ALERTAS

<i>Bimestre</i>	<i>Descrição</i>
3	Limite de 90% da Despesa com Pessoal

5.2) - DESPESAS COM PESSOAL

<i>Mês e Ano Base</i>	<i>Receita Corrente Líquida</i>	<i>Despesa com Pessoal</i>	<i>% Gasto</i>	<i>Situação</i>
6/2013	9.126.700,90	4.528.932,26	49,62	Alerta 90
12/2013	9.951.337,01	4.810.038,33	48,34	Normal
6/2014	10.400.281,86	5.219.358,18	50,18	Alerta 90
12/2014	11.061.980,33	5.199.525,69	47,00	Normal

5.3) - DÍVIDA CONSOLIDADA

<i>Mês e Ano Base</i>	<i>Receita Corrente Líquida</i>	<i>Dívida Consolidada Líquida</i>	<i>% da DCL</i>	<i>Situação</i>
6/2013	9.126.700,90	0,00	0,00	Normal
12/2013	9.951.337,01	0,00	0,00	Normal
6/2014	10.400.281,86	0,00	0,00	Normal
12/2014	11.061.980,33	0,00	0,00	Normal

5.4) - CONSTATAÇÕES DA ANÁLISE QUANTO À PUBLICAÇÃO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A análise da gestão fiscal da entidade não constatou infração às disposições dos arts. 52 e 53 da LC nº 101/00.

5.5) - CONSTATAÇÕES DA ANÁLISE QUANTO À PUBLICAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

A análise da gestão fiscal da entidade não constatou infração às disposições dos arts. 54 e 55 da LC nº 101/00.

6 - GASTOS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

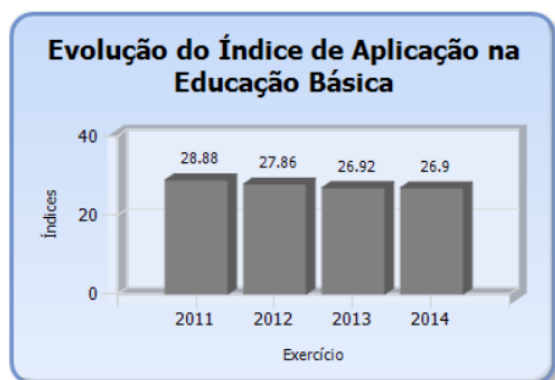
6.1) - DEMONSTRATIVO DO SISTEMA SIM-AM ENVIADO PELO MUNICÍPIO

RECEITAS	
1 - RECEITA DE IMPOSTOS	307.727,93
2 - RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	10.769.042,96



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
DIRETORIA DE CONTAS MUNICIPAIS

2.1 - TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS(85%)	8.667.916,32
2.2 - Parcela Destinada à Formação do FUNDEB	2.101.126,64
3 - RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.035.401,70
3.1 - Transferências Multigovernamentais do FUNDEB	779.219,73
3.2 - Outras Receitas Vinculadas	256.181,97
4 - BASE DE CÁLCULO (1 + 2)	11.076.770,89
DESPESAS	
5 - DESPESAS VINCULADAS ÀS RECEITAS DE IMPOSTOS	2.074.058,05
5.1 - Despesas com Ensino Fundamental	1.409.637,97
5.2 - Despesas com Educação Infantil	575.988,09
5.3 - Despesa com outras áreas do Ensino não Fundamental	88.431,99
6 - DESPESAS VINCULADAS AO FUNDEB	962.750,92
6.1 - Profissionais do Magistério	483.829,81
6.2 - Outras Despesas	478.921,11
7 - DESPESAS VINCULADAS À CONTRIBUIÇÃO DO SALÁRIO EDUCAÇÃO	67.697,01
8 - DESPESAS FINANCIADAS COM RECURSOS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00
9 - DESPESAS FINANCIADAS COM OUTROS RECURSOS	132.904,11
10 - TOTAL DAS DESPESAS COM ENSINO	2.274.659,17
11 - PERDA/GANHO NAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB	-1.321.906,91
12 - AJUSTE PERDA/GANHO NAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB/SUPERÁVIT/RENDIMENTOS	0,00
13 - RENDIMENTO DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS DO FUNDEB	12.888,46
14 - SUPERÁVIT FINANCEIRO FUNDEB/OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS	314.403,21
15 - RESTOS A PAGAR SEM COBERTURA FINANCEIRA/CANCELAMENTO DE RESTOS	201,05
16 - TOTAL DAS DEDUÇÕES/ADIÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	-994.414,19
17 - TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS P/FINS DO LIMITE $[(5.1 + 5.2) - 16]$	2.980.040,25
18 - PERCENTUAL APLICADO NO ENSINO	26,90

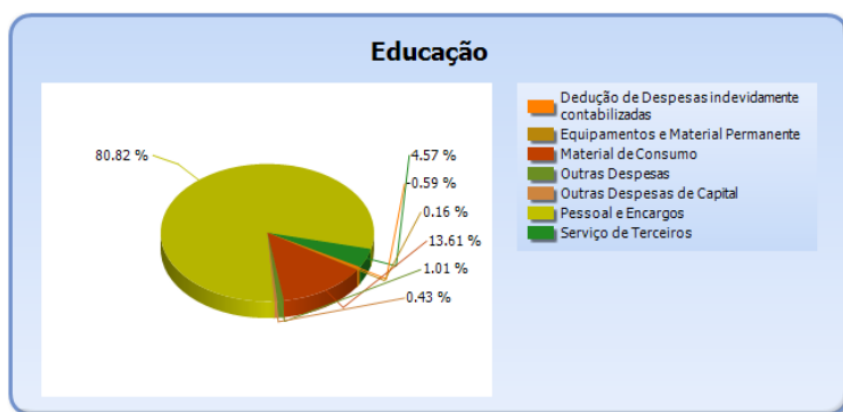




TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
DIRETORIA DE CONTAS MUNICIPAIS

6.2) - DETALHAMENTO DA DESPESA NO ENSINO POR NATUREZA

<i>Natureza da Despesa</i>	<i>Execução</i>
CORRENTES	2.074.242,39
Pessoal e Encargos	1.676.319,58
Material de Consumo	282.365,93
Serviço de Terceiros	94.684,47
Outras Despesas	20.872,41
DE CAPITAL	12.124,60
Equipamentos e Material Permanente	3.238,00
Outras Despesas de Capital	8.886,60
Dedução de Despesas indevidamente contabilizadas	-12.308,94
TOTAL	2.074.058,05



6.3) - DETALHAMENTO DA DESPESA NO ENSINO POR PROJETOS E ATIVIDADES

<i>Código</i>	<i>Nome do Projeto/Atividade</i>	<i>Fixação</i>	<i>Execução</i>	<i>Diferenças</i>
2073	Manutenção do Ensino Fundamental - Livre	70.198,64	25.384,38	44.814,26
2074	Manutenção Ensino Fundamental - FUNDEB - 60 % - FR 101	421.900,00	407.776,32	14.123,68
2075	Manutenção Ensino Fundamental - FUNDEB- 40% - FR 102	342.543,00	316.420,89	26.122,11
2076	Manutenção Ensino Fundamental - FR 103	193.240,00	168.632,17	24.607,83
2077	Manutenção Ensino Fundamental - FR 104	244.254,43	211.920,87	32.333,56
2079	Manutenção Merenda Escolar - Fonte Livre	29.000,00	29.000,00	0,00
2083	Manutenção do Transporte Escolar - Fonte Livre	99.700,00	52.509,63	47.190,37
2084	Manutenção do Transporte Escolar - FR 103	185.249,91	184.931,84	318,07
2087	Manutenção/reforma Escola Pio XII	15.500,00	9.871,50	5.628,50
2088	Aquisição de Veículos	41.693,36	0,00	41.693,36
2090	Manutenção do Ensino Superior	20.000,00	15.499,31	4.500,69
2136	RESSARCIMENTO DE PGTO DE SALÁRIOS DE SERVIDOR EM DISPOSIÇÃO FUNCIONAL	13.051,36	0,00	13.051,36



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
DIRETORIA DE CONTAS MUNICIPAIS

2090	Manutenção do Ensino Superior	88.500,00	88.431,99	68,01
1129	IMPLANT. ADEQ. ESTRUT. ESPORTIVAS-COBERTURA QUATRA PEQUENA	28.306,64	0,00	28.306,64
2100	Manutenção do C. E. M. E. I. - Fonte Livre	105.300,00	92.649,88	12.650,12
2101	MANUTENÇÃO DO C. E. M. E. I.- FUNDEB 60% - Fonte 101	84.739,43	76.053,49	8.685,94
2102	MANUTENÇÃO DO C. E. M. E. I.- FUNDEB 40% - Fonte 102	180.057,00	162.500,22	17.556,78
2103	MANUTENÇÃO DO C. E. M. E. I. - Fonte 103	222.900,00	216.001,90	6.898,10
2104	MANUTENÇÃO DO C. E. M. E. - Fonte 104	11.500,00	9.779,13	1.720,87
2105	Manutenção da Merenda Escolar - Fonte Livre	15.000,00	14.991,17	8,83
2107	Ampliação/Reforma C.E.M.E.I.	21.000,00	4.012,30	16.987,70
	Dedução de Despesas indevidamente contabilizadas	0,00	-12.308,94	12.308,94
	TOTAL	2.433.633,77	2.074.058,05	359.575,72

6.4) - REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO - FUNDEB

APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO	
1 - RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB	792.108,19
2 - PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	483.829,81
3 - RESTOS A PAGAR SEM COBERTURA FINANCEIRA	0,00
4 - SUPERAVIT FINANCEIRO	5.139,43
5 - TOTAL DAS DEDUÇÕES PARA FINS DE APLICAÇÃO DO FUNDEB (3+4)	5.139,43
6 - PERCENTUAL DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO [(2-5)/1]	60,43

7 - DESPESA REALIZADA COM SAÚDE (E.C. 29)

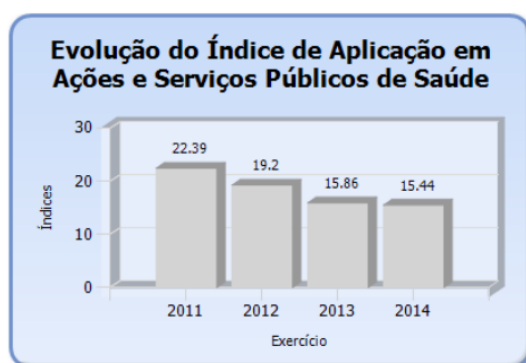
7.1) - DEMONSTRATIVO DO SISTEMA SIM-AM ENVIADO PELO MUNICÍPIO

RECEITAS	
1 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS	10.766.599,50
2 - TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SUS	779.501,76
3 - OUTRAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	45.412,30
DESPESAS	
4 - DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE	2.449.620,12
5 - DEDUÇÕES DA DESPESA	787.579,95
5.1 - Inativos e Pensionistas	0,00
5.2 - Despesas que não Atendem ao Princípio de Acesso Universal	0,00
5.3 - Outros Recursos (SUS, Operação de Crédito, Convênios)	702.783,22
5.4 - Outras Ações e Serviços Não Computados	653,35
5.5 - Restos/Contas a Pagar Inscritos Sem Disponibilidade Financeira	0,00



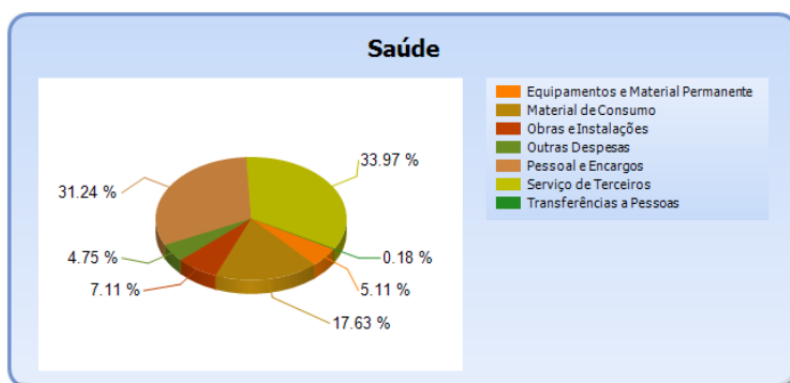
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
DIRETORIA DE CONTAS MUNICIPAIS

5.6 - Cancelamento de Restos a Pagar	13.091,45
5.7 - Valores não Aplicados em Exercícios Anteriores	0,00
5.8 - Superávit do Exercício Anterior	71.051,93
6 - TOTAL DA DESPESA PRÓPRIA COM SAÚDE(4 - 5)	1.662.040,17
ÍNDICE APRESENTADO PELO MUNICÍPIO	
7 - PERCENTUAL DAS RECEITAS PRÓPRIAS APLICADAS NA SAÚDE (6/1)	15,44



7.2) - DETALHAMENTO DA DESPESA NA SAÚDE POR NATUREZA

<i>Natureza da Despesa</i>	<i>Execução</i>
CORRENTES	2.150.325,02
Pessoal e Encargos	765.276,22
Material de Consumo	431.955,77
Serviço de Terceiros	832.145,25
Transferências	4.500,00
Transferências a Pessoas	4.500,00
Outras Despesas	116.447,78
DE CAPITAL	299.295,10
Equipamentos e Material Permanente	125.113,97
Obras e Instalações	174.181,13
TOTAL	2.449.620,12





TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
DIRETORIA DE CONTAS MUNICIPAIS

7.3) - DETALHAMENTO DA DESPESA NA SAÚDE POR PROJETOS E ATIVIDADES

Código	Nome do Projeto/Atividade	Fixação	Execução	Diferenças
1024	Conclusão Polo Academia Saúde	80.500,00	41.222,61	39.277,39
1025	Construção Unidade Básica de Saúde - UBS	505.050,00	132.958,52	372.091,48
2026	Atividades Saúde - Atenção Básica - FR 303	922.121,93	829.464,00	92.657,93
2027	Piso Atenção Básica - PAB - FR 495	374.007,45	239.499,80	134.507,65
2028	CISNORPI	35.000,00	32.528,36	2.471,64
2029	Aquisição/Manutenção de veículos de Veículos	318.491,27	290.565,93	27.925,34
2030	Ampliação/Reforma Centro de Saúde	550,00	0,00	550,00
2031	Bloco Média e Alta Complexidade - (Bloco 302)	0,00	0,00	0,00
2032	Assistência Farmacêutica (Bloco 303)	0,00	0,00	0,00
2120	VIGILANCIA SANITÁRIA - AQUISIÇÃO DE VEÍCULO	31.630,75	31.250,15	380,60
2126	PROGRAMA SALÁRIO EDUCAÇÃO - FR 107 - REPROGRAMAÇÃO	0,00	0,00	0,00
2130	PROGRAMA MAIS MÉDICO E PROVAB (Aux. alimentação, transp. e moradia)	24.300,00	24.300,00	0,00
2137	RESTITUIÇÃO DE PROGRAMA DE REQUALIFICAÇÃO UBS	13.528,27	0,00	13.528,27
2141	VIGILANCIA EM SAÚDE - VIGIA SUS	30.700,53	13.000,00	17.700,53
2142	ATENÇÃO BÁSICA - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	205.191,37	202.091,23	3.100,14
2031	Bloco Média e Alta Complexidade - (Bloco 302)	420.000,00	417.825,50	2.174,50
2032	Assistência Farmacêutica (Bloco 303)	165.000,00	161.533,44	3.466,56
2033	Piso Atenção Básica - Variável FR 497	94.898,39	33.380,58	61.517,81
	TOTAL	3.220.969,96	2.449.620,12	771.349,84

Restrição - Ausência do encaminhamento do Ato de nomeação dos membros do Conselho Municipal de Saúde que subscrevem o Parecer do Conselho. Fonte de Critério - Constituição Federal, art. 77, § 3º - ADCT; Lei nº 8.142/90, art. 1º; Resolução CNS nº 453/2012 - Multa LCE. 113/2005, art. 87, III, c/§ 4º / art. 87, I, b.

Não foi(foram) anexado(s) ao processo de prestação de contas o(s) ato(s) de nomeação dos membros do Conselho Municipal de Saúde que subscrevem o parecer do conselho que trata sobre as contas do exercício.

Passível de aplicação da multa administrativa, por infração à norma legal ou regulamentar, prevista no inciso III do art. 87, em conjunto com o § 4º, do mesmo artigo, da Lei Complementar Estadual nº 113/2005 - Lei Orgânica do Tribunal de Contas.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
DIRETORIA DE CONTAS MUNICIPAIS

A obrigatoriedade de apresentação da documentação no processo de prestação de contas até a data definida para o cumprimento do dever legal está objetivamente disciplinada na Instrução Normativa 104/2015.

Diante disso, deve-se registrar que - sem prejuízo do resultado do exame de mérito do conteúdo - a entrega extemporânea pode, eventualmente, possibilitar a regularização da omissão formal, sem, contudo, desonerar da multa pela remessa fora do prazo, prevista no art. 87, I, b (LO-TCE/PR).

Documentos mínimos necessários em caso de contraditório: a) anexação do(s) ato(s) de nomeação dos membros do Conselho Municipal de Saúde que subscrevem o parecer sobre as contas do exercício; b) publicação do ato de nomeação referido no item anterior, em formato legível; c) outros documentos e/ou esclarecimentos considerados necessários.

Comentários adicionais da análise técnica:

Não foi localizado no processo o ato de nomeação dos membros do Conselho Municipal de Saúde, somente constou, conforme peça processual nº 13 e 14, a Ata de eleição e posse dos membros do Conselho, situação que inviabilizou a análise da Resolução e respectivo Parecer.

8 - CONTROLE INTERNO

PONTOS DE VERIFICAÇÃO SOBRE O CONTROLE INTERNO

Consta do processo o Relatório do Controle Interno?	SIM
O conteúdo do Relatório com Parecer do Controle Interno é insatisfatório?	NÃO
O Relatório do Controle Interno possui indicação de Irregularidade?	NÃO

PARTE II - CONSTATAÇÕES DA ANÁLISE

9 - RESULTADO DA ANÁLISE

A análise das contas está cingida aos assuntos contidos no escopo definido na Instrução Normativa nº 103/2014, sendo que a abordagem à luz dos critérios técnicos e legais a que estão sujeitos resultou nos apontamentos indicados nesta relação, os quais foram tratados em detalhes nos subtítulos próprios desta instrução.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
DIRETORIA DE CONTAS MUNICIPAIS

OCORRÊNCIAS CONSTATADAS FACE AO ESCOPO DA ANÁLISE

Tendo em vista os apontamentos elencados anteriormente, as irregularidades serão expressamente caracterizadas, e indicado o respectivo responsável, conforme previsto no art. 352, inc. II do Regimento Interno do TCE-PR.

<i>Irregularidade</i>	<i>Responsável</i>	<i>C.P.F</i>	<i>Tipificação</i>
Restrição - Ausência do encaminhamento do Ato de nomeação dos membros do Conselho Municipal de Saúde que subscrevem o Parecer do Conselho.	EDIMAR DE FREITAS ALBONETTI	540.036.289-34	Fonte de Critério - Constituição Federal, art. 77, § 3º - ADCT; Lei nº 8.142/90, art. 1º; Resolução CNS nº 453/2012 - Multa LCE. 113/2005, art. 87, III, c/§ 4º / art. 87, I, b.

PARTE III - INFORMAÇÕES RELATIVAS A PROCESSOS DA ENTIDADE

a) - ESCOPO DO PROCEDIMENTO DE ACOMPANHAMENTO REMOTO PARA O EXERCÍCIO

O Procedimento de Acompanhamento Remoto - PROAR teve como objeto de escopo de acompanhamento para o exercício em análise os casos abaixo relacionados:

<i>Descrição dos Casos de Acompanhamento</i>
Controle da remuneração fixada x recebida pelos Agentes Políticos - 2013
Comparativo entre a Receita declarada pelo Governo Estadual através do Portal da Transparência com a receita declarada pela Entidade através do Sistema de Informações Municipais SIM/AM
Verificação dos Impedidos de Licitar conforme cadastro da União e do Estado x Vencedor da Licitação/Dispensa/Inexigibilidade.
Controle na aquisição de combustível x distância percorrida pelos veículos.
Empenhos realizados x Vinculação a Licitação.
Verificação de acumulação de funções - Contador x Tesoureiro
Licitação por Convite sem o prazo mínimo de cinco dias úteis do último convite e o recebimento das propostas ou da realização do evento.
Valor dos Contratos Assinados X Percentual Acrescentado por Aditivos.
Diárias pagas em número elevado, em contrário aos princípios da razoabilidade, economicidade e eficiência.
Empenhos Emitidos Antes da Abertura do Processo Licitatório
Consumo de Combustível Sem Variação de Quilometragem
Contratação direta com valor acima do permitido para dispensa de licitação.
Contratação de empresa que apresentou proposta superior ao valor máximo ou de referência constante do edital de licitação.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
DIRETORIA DE CONTAS MUNICIPAIS

Nota de empenho com data de emissão posterior à data de emissão da nota fiscal.
Contratação de profissional do setor artístico e/ou empresa de produção de espetáculos artísticos, por Inexigibilidade de Licitação.
Constatação da realização de despesa com Juros e/ou Multa oriunda de pagamento à credor após o vencimento.
Constatação via SIM-AM da existência de sucessivas diferenças entre a receita própria prevista e a efetivamente realizada.
Desproporção de valores gastos com diárias frente ao orçamento da Câmara Municipal, contrariando os princípios da razoabilidade, proporcionalidade, da economicidade e da eficiência.
Manutenção de valores em conciliação bancária suportados por documentos anteriores ao exercício de 2013
Obras Paralisadas
Apontamentos nas Licitações referentes as Prestações de Contas do Exercício de 2014
Apontamentos nas Licitações referentes as Prestações de Contas do Exercício de 2014

b) - PROCESSOS REFERENTES A ENTIDADE

Demonstra-se a seguir a situação dos processos de responsabilidade da Entidade relativos ao exercício de 2014, conforme consta do banco de dados do TCE/PR.

Nº DO PROCESSO	ASSUNTO	TRÂMITE ATUAL	TIPO ATO	Nº ATO	RESULTADO
160633/14	PRESTAÇÃO DE CONTAS DE TRANSFERÊNCIA	DAT			
1108260/14	REPRESENTAÇÃO	DP			

c) - SITUAÇÃO DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS ANTERIORES

Informa-se a seguir a situação das Prestações de Contas, relativas aos últimos exercícios, conforme consta do banco de dados do TCE/PR.

Nº DO PROCESSO	ANO	ASSUNTO	TRÂMITE ATUAL	TIPO ATO	Nº ATO	RESULTADO
161817/11	2010	PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL	DP	PPR	260/2012	Aprovar
188026/12	2011	PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL	DP	PPR	450/2012	Aprovação
188208/13	2012	PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL	DP	PPR	179/2014	Parecer prévio pela regularidade
266563/14	2013	PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL	SMPJTC			



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
DIRETORIA DE CONTAS MUNICIPAIS

PARTE IV - DAS MULTAS

a) - Decorrentes de Restrições indicadas nesta instrução

Face aos apontamentos acima, o responsável fica sujeito à multa, nos termos da legislação em vigor, relativamente às seguintes constatações, sendo que as sanções originadas da Lei Complementar Estadual nº 113/2005 serão impostas de forma cumulativa, na forma do seu art. 87, § 2º.

<i>Irregularidade</i>	<i>Responsável</i>	<i>C.P.F.</i>	<i>Tipificação</i>
Restrição - Ausência do encaminhamento do Ato de nomeação dos membros do Conselho Municipal de Saúde que subscrevem o Parecer do Conselho.	EDIMAR DE FREITAS ALBONETTI	540.036.289-34	Fonte de Critério - Constituição Federal, art. 77, § 3º - ADCT; Lei nº 8.142/90, art. 1º; Resolução CNS nº 453/2012 - Multa LCE. 113/2005, art. 87, III, c/§ 4º / art. 87, I, b.

PARTE V - CONCLUSÃO

Efetivado o exame da prestação de contas de governo do MUNICÍPIO DE BARRA DO JACARÉ, relativa ao exercício financeiro de 2014, as constatações que foram aduzidas ao longo deste instrutivo levam a concluir que, no estado em que se encontram no processo, as mencionadas questões ensejam Parecer Prévio pela Irregularidade das contas.

Ainda, deve-se assinalar que as referidas ocorrências sujeitam o responsável à multa, nos termos da legislação referenciada em cada um dos itens apontados na Parte IV desta instrução.

Destaca-se, contudo, que as conclusões aqui expostas não elidem responsabilidades por atos não alcançados pelo conteúdo da prestação de contas, não validam divergências em informações de caráter declaratório, não detectadas na análise, e nem eximem anomalias levantadas em outras espécies de procedimentos fiscalizatórios, tais como: Procedimentos de Acompanhamento Remoto, Auditorias, Inspeções, Tomadas de Contas, Comunicação de Irregularidades, Denúncias ou Representações.

Entretanto, por força do princípio do contraditório, do qual decorre o direito à ampla defesa, previsto no art. 5º, LV, da Constituição Federal, e na Lei



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
DIRETORIA DE CONTAS MUNICIPAIS

Complementar Estadual nº 113/2005, é necessária a intimação do responsável abaixo identificado, para que, querendo, apresente defesa acerca das ocorrências listadas nesta instrução.

Responsável para intimação

<i>Cargo/Função</i>	<i>Responsável</i>	<i>C.P.F.</i>	<i>Início</i>	<i>Fim</i>
Prefeito	EDIMAR DE FREITAS ALBONETTI	540.036.289-34	01/01/2013	31/12/2016

É a Instrução.

D.C.M., 5 de Fevereiro de 2016.

Ato emitido por ELIANE MARIA COMPARIM SANTOS - Analista de Controle - Matrícula nº 51.116-1.

Visto. Adotem-se os expedientes previstos no Regimento Interno deste Tribunal de Contas e, após, encaminhe-se à Diretoria de Protocolo para desentranhamento das peças processuais nº 19 a 66, conforme autorização nos termos do Despacho nº 5151/15-GP - Procedimento Administrativo nº 971791/15, e intimação das partes, de acordo com a Instrução de Serviço do Relator.

Encaminhado por REGINA CRISTINA BRAZ - Diretora - Matrícula nº 51.283-4